

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.595, DE 2009

(Apenso: PL nº 1.994, de 2011)

Altera o inciso XVII do art. 124 e o art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Autor: Deputado HUGO LEAL

Relator: Deputado ANDRÉ MOURA

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe altera o inciso XVII do art. 24 e o art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passariam a vigor na forma seguinte:

Art. 24. (...)

XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários.

Em seu art. 2º, o projeto prevê que o Conselho de Nacional de Trânsito regulamentará, no que couber, o disposto na proposição.

Retiram-se, assim, de modo absoluto, o registro e o licenciamento dos ciclomotores da órbita da legislação municipal, mantendo na

esfera municipal apenas os veículos de tração e propulsão humana, bem como os de tração animal.

Pela sistemática atual, se um Município não integra o Sistema Nacional de Trânsito – SNT, a competência para registro de ciclomotores pertence ao Estado, em razão do disposto nos arts. 22, III, 120 e 130, do Código de Trânsito Brasileiro; mas, se o Município integra o SNT, a competência será do próprio Município, nos termos do art. 24, XVII, e 129, do mesmo diploma legal.

Ao Projeto de Lei nº 4.596, de 2009, apensou-se o Projeto de Lei nº 1.994, de 2011. Essa proposição altera os arts. 22, inciso III, 24, inciso XVII, e 129, *caput*, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. A finalidade da modificação do art. 22 é acrescentar às competências dos Estados e do Distrito Federal a de fazer o Registro e o Licenciamento também dos veículos ciclomotores. No art. 24, a competência dos Municípios de fazer o Registro e o Licenciamento dos ciclomotores é suprimida.

O art. 129, na redação do apenso, estadualiza a legislação dos veículos de tração e propulsão humana ou tração animal. Com isso, o Registro e Licenciamento se darão nos Municípios, mas a legislação aplicável será a estadual.

A Comissão de Viação e Transportes manifestou-se pela aprovação do PL nº 4.595, de 2009, e pela rejeição do PL nº 1.994, de 2011.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

A União tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, XI, da Constituição da República.

A matéria da proposição é, de modo geral, constitucional. Exibe, todavia, problemas. O art. 2º impõe ao Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, órgão do Poder Executivo, a obrigação de regulamentar o dispositivo. Ora, o chamado poder regulamentar é atribuição exclusiva do Poder Executivo, que o exerce na forma do art. 84, IV, da Constituição da República. Cabe, portanto, quanto ao art. 2º, emenda supressiva.

Também a obrigação de fazer o Licenciamento e Registro de veículos de tração humana ou de propulsão humana, e ainda de tração animal, deve ser financiada pelos Estados, do contrário ficarão inviabilizadas nos Municípios. Aqui vale lembrar o magistério de José Joaquim Gomes Canotilho (in: *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994, p. 263):

“(...) sempre se deverá considerar que a legitimidade substancial das leis não dispensa a averiguação dos pressupostos justificativos, dos motivos primários invocados e dos resultados obtidos, como elementos vinculados da validade das normas legais.”

No que concerne à juridicidade, observa-se que, em nenhum momento, a proposição principal em exame vulnera os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico do país. É, assim, jurídica.

Quanto à técnica legislativa e à redação, observa-se que a matéria do projeto principal se conforma quase plenamente ao que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. É necessário, todavia, introduzir a expressão “NR”, no fim dos dispositivos modificados.

O Projeto de Lei nº 1.994, de 2011, apenso, por sua vez, é constitucional e jurídico.

Quanto à redação e à técnica legislativa, deve-se agregar, ao final dos dispositivos modificados, a expressão “NR”, na forma da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, em seu art. 12, III, *d*.

Eis por que este relator vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.595, de 2009, principal, na forma das emendas anexas. Vota, também, pela

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.994, de 2011, apenso, na forma da respectiva emenda.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANDRÉ MOURA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.595, DE 2009 (Apenso: PL nº 1.994, de 2011)

Altera o inciso XVII do art. 124 e o art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

EMENDA Nº 1

Suprime-se o art. 2º do projeto, renumerando-se o seguinte.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANDRÉ MOURA
Relator

2013_27668

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 4.595, DE 2009**
(Apenso: PL nº 1.994, de 2011)

Altera o inciso XVII do art. 124 e o art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

EMENDA Nº 2

É acrescentado, ao final do art. 24, o § 3º, com a seguinte redação:

“§ 3º As despesas de fiscalização e de emplacamento dos veículos de tração ou propulsão humana, ou de tração animal, correrão à conta dos Estados e não dos Municípios, incumbidos de realizá-las.”

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANDRÉ MOURA
Relator

2013_27668

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 4.595, DE 2009**
(Apenso: PL nº 1.994, de 2011)

Altera o inciso XVII do art. 124 e o art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

EMENDA Nº 3

É acrescida, ao final dos dispositivos modificados do projeto, a expressão “NR”.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANDRÉ MOURA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 1.994, DE 2011**
(Apensado ao PL nº 4.595, de 2009)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

EMENDA Nº 1

É acrescida, ao final dos dispositivos modificados do projeto, a expressão “NR”.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANDRÉ MOURA
Relator